

Em 6 meses da Lei Maria da Penha, o número de denúncias cai 18,8% - O Estado de S. Paulo 28/05/07

Sérgio Duran

O número de denúncias por lesão corporal nas Delegacias da Mulher do Estado de São Paulo caiu 18,8% durante os seis primeiros meses da Lei Maria da Penha. Segundo especialistas em violência doméstica, a explicação para o fenômeno está na história da mulher que emprestou o nome à nova legislação, promulgada em setembro do ano passado, com medidas mais duras aos agressores.

Medo e esperança de que o marido mudasse eram as razões citadas pela professora universitária cearense Maria da Penha Maia para resistir em denunciar o ex-marido, Marco Antônio Herredia. Em 1983, ela escapou duas vezes de ser morta. Na primeira, com um tiro. Na segunda, com choques elétricos e afogamento. Maria ficou paraplégica. O caso ganhou repercussão internacional.

"A divulgação de que a lei ficou mais rígida - agora o agressor pode ser preso - acabou surtindo efeito negativo", pondera a delegada Márcia Buccelli Salgado, responsável pela Coordenadoria das Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo. "Não posso afiançar pesquisas, mas a impressão é de que a possibilidade de prender o marido fez a vítima pensar duas vezes antes de registrar a queixa", afirma.

A queda no número de denúncias foi registrada no período de outubro do ano passado a março deste ano, quando foram registrados 132.649 boletins de ocorrência. Entre outubro de 2005 e março de 2006, foram 163.441 (veja quadro à direita). Das 307 Delegacias da Mulher criadas até o início deste ano no País, 125 (ou 40,7%) ficam no Estado de São Paulo.

Na primeira Delegacia da Mulher do Brasil, de 1985, localizada no Parque d. Pedro 2º, centro de São Paulo, a vendedora Vanessa (nome fictício), de 30 anos, decidiu, na sexta-feira passada, denunciar o marido. Em dez anos de casamento, Vanessa conta ter suportado tudo: traições, mentiras, noitadas, ciúme doentio. Há dois anos, após uma discussão rotineira, ele a esbofeteou e chutou a sua canela. Vanessa não o denunciou.

Ela morava de favor com a sogra por causa da filha de 9 anos. "É tanta coisa que pesa na hora de tomar uma decisão dessas", disse Vanessa, enquanto esperava atendimento. O marido trabalha como segurança e, contou, toma injeções periódicas de anabolizantes. Ela acha que isso fez aumentar a agressividade dele.

Na terça-feira passada, o marido tentou agredi-la na porta da empresa onde trabalha, no Brás, zona leste de São Paulo. "O escândalo foi a gota d'água." O segurança a acusava de manter um caso com o cunhado, marido da irmã. "Ele parou a rua."

Atrás da vendedora, a costureira boliviana Benedita, de 37 anos, exibe caroços na cabeça e um hematoma perto do olho, frutos da agressão do marido. Ela também decidiu denunciá-lo e saiu de lá direto para um abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica.

Benedita não sabe falar direito português nem espanhol. Conta ter vivido fechada, nos últimos seis anos, em uma confecção no Brás, falando em aimará, uma das línguas indígenas oficiais da Bolívia. O marido, de 25 anos, chefiava a equipe de costureiras. É

ele quem negocia com os proprietários da indústria, coreanos. "Ele não me deixava falar com eles, com medo que eu contasse a verdade. Dizia para eu ir embora porque tinha mulheres mais bonitas do que eu para ficar com ele", contou a costureira, com um filho de 1 ano nos braços, fruto da união. O marido, porém, considerava-se casado também com as outras companheiras de trabalho.

"Ele me batia de soco, chutava a minha cabeça", disse Benedita, pedindo que conferisse os caroços escondidos sob o cabelo grosso. Ela contou estar esperançosa com o abrigo e com a oferta de emprego que recebeu, para ser auxiliar de cozinha.

Recém-empossada, a delegada-titular da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher, Celi Paulino Carvalho, ironiza a queda dos números de denúncia. "Quem vê pensa que a violência diminuiu. Mas a verdade é que piorou. A possibilidade de não poder retirar mais a denúncia e o risco de ter até de pagar a fiança do próprio bolso - afinal, muitos maridos não têm outro parente a não ser suas vítimas - podem ter influenciado nisso", concluiu.

Lei prevê prisão de até 3 anos para agressores

O advogado Guilherme Amorim, sócio de um escritório de São Paulo especializado no assunto, acredita que a Lei Maria da Penha ainda não foi devidamente compreendida pela população. "Houve até dúvida de que a legislação seria inconstitucional, por desrespeitar o princípio da igualdade, do que discordo frontalmente", afirma.

De forma pioneira, a lei tipifica a violência doméstica contra a mulher em física, sexual, patrimonial e moral. Antes, as mulheres procuravam delegacias especializadas, mas a legislação era genérica, tratando a lesão corporal como qualquer outra, fruto de uma briga de rua entre dois moleques ou um bate-boca de vizinhos. "O agressor poderia pagar até com o fornecimento de cestas básicas."

Agora, explica Amorim, a lei possibilita a prisão em flagrante do agressor ou ainda a detenção preventiva caso a agressão psicológica, por exemplo, seja comprovadamente reiterada. "Uma vez feita a denúncia não há mais como parar o processo, e isso talvez assuste algumas mulheres", diz.

Em escritórios como o de Amorim, circulam mulheres de poder aquisitivo elevado, porém as histórias de agressão não diferem muito das ouvidas em um plantão da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher.

A advogada Fernanda Hesketh defende, atualmente, a esposa de um alto executivo de São Paulo. "Mesmo com hematomas pelo corpo, foi difícil convencê-la de que deveria denunciá-lo", conta. "A denúncia detona um processo que deixa ainda mais complicada a separação do casal, a partilha, principalmente quando o marido é intimado na delegacia."

A advogada acredita que a dependência financeira pesa menos do que a sensação de humilhação da mulher ao admitir ter sido agredida. "É sempre uma exposição pública disso, não? Denunciar a faz se sentir rebaixada, fraca. É preciso estimulá-la", explica.

Entre as medidas mais duras instituídas, a Lei Maria da Penha prevê pena de três meses a três anos de detenção do marido agressor. Nos casos de violência contra a mulher portadora de deficiência, o tempo é acrescido de um terço.

Para as vítimas que correm risco de morte ou que sofrem ameaças, a legislação prevê que o juiz determine as medidas em até 48 horas, como, por exemplo, proibir o agressor de entrar em casa ou de ver os filhos. "Ao prestar atenção na história de Maria da Penha percebe-se a situação: ela precisou ser quase assassinada duas vezes para denunciar", diz Amorim.

Na delegacia, a atriz no papel de psicóloga
Aos 50, Rosa Gorbman é estagiária

Sérgio Duran, SÃO PAULO

Sem uma boa conversa, atividade na qual é notável, a atriz Rosa Gorbman passaria despercebida. A mesa simples, em um salão no prédio de fundos da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher de São Paulo, no centro, é o que ela tem para desempenhar o novo papel ao qual se propôs: estagiária de psicologia. Aos 50 anos, ela cursa o último ano da faculdade.

"Sempre quis trabalhar em Delegacia da Mulher", conta Rosa, que, entre outras produções do Grupo Tapa, atuou em *Rastro Atrás* (1995), de Jorge Andrade, dirigido por Eduardo Tolentino.

Na delegacia, ela não conta histórias, mas ouve muitas. Diz sentir vontade de levantar e aplaudir mulheres que após décadas de agressão decidem denunciar seus maridos. A decisão, geralmente, é precedida de uma conversa com a semiprofissional para levar a vítima a ter certeza do passo que dará.

"A dependência emocional fala alto. É dura essa realidade do príncipe que virou sapo", considera Rosa, que mantém união estável de 27 anos com o ator Zécarlos Machado, conhecido no teatro e pelas novelas de Manoel Carlos.

"A mulher agredida tem medo do desconhecido. Ela sabe que sobrevive às agressões. Aquela realidade é bem conhecida dela. Mas e o que vem depois da separação?", analisa.

O departamento onde a atriz trabalha ainda não foi totalmente estabelecido. Já existiu no passado, porém acabou desativado. A delegada-titular Celi Paulino Carvalho aposta na reativação do trabalho das psicólogas não apenas para humanizar as delegacias, mas também para tentar cuidar das famílias.

"Em muitos casos, é possível reverter até a separação. Tratar da violência doméstica é uma forma de prevenir a violência das ruas", considera a delegada. A atriz é mais comedida nas análises. "Sei apenas que nenhuma mulher quer estar aqui. Para algumas, é uma espécie de atestado de incompetência de cuidar da própria vida, de dar conta dos obstáculos", diz Rosa.